

CÉLULA INFORMA

Célula dos Trabalhadores do Município de Lisboa 

Querem saber como seria a saúde na mão do negócio?

A ADSE exigiu aos grupos privados da saúde que devolvam 38 milhões que cobraram a mais. A resposta não se fez esperar: os grupos privados ameaçaram rasgar as convenções.

Os grupos privados e os partidos que lhes querem entregar o monopólio da saúde tentam lançar o pânico: «ADSE em risco» ... «destruição na saúde» ... A situação revela bem os perigos da ideologia do negócio na saúde e as consequências para a saúde dos portugueses.

Quando falam em «liberdade de escolha» é isto o que querem dizer: deixar o acesso à saúde nas mãos dos que fazem negócio com ela.

Se o governo não quiser ceder à chantagem, pode utilizar os mecanismos legais de requisição de serviços para que toda a capacidade (pública e privada) seja colocada ao serviço das populações. Mas sem um Serviço Nacional de Saúde público, eficaz, acessível e gratuito, este “filme” pode sempre repetir-se.

E é isso que PSD e CDS pretendem com as suas propostas de lei de bases da saúde. Mas esta chantagem dos grupos privados sublinha o óbvio:

Nos direitos – Público é de todos, privado é só de alguns.

Defender e valorizar o Serviço Nacional de Saúde é assegurar o direito de todos os portugueses à saúde!

«É difícil encontrar nestes 39 anos de vida do Serviço Nacional de Saúde (SNS), um ataque com a dimensão e a agressividade do que tem vindo a ser desenvolvido contra o serviço público nos últimos meses. O objectivo é muito claro: criar dificuldades ao funcionamento do SNS, desvalorizá-lo e fragilizá-lo perante os portugueses e, dessa forma, criar as condições para que o Estado se faça substituir pelos grupos privados na prestação de cuidados. É neste contexto que se integra a operação de chantagem lançada por alguns dos principais grupos privados da área da saúde, contra a ADSE.»

Jerónimo de Sousa, 16 Fevereiro 2019

CÉLULA INFORMA

Célula dos Trabalhadores do Município de Lisboa 

Lei de Bases da Saúde: 7 ideias-chave da proposta do PCP



Fim da promiscuidade entre o público e o privado

Atribuir ao Estado o papel de financiador, de prestador e regulador e não um Estado que se demite por via da transferência de atribuições, competências e recursos para terceiros, designadamente para os grandes grupos privados.



Autonomia administrativa e financeira

Existência do SNS universal, geral e gratuito, com gestão pública, descentralizada e participada, sendo para tal concedida autonomia administrativa e financeira às entidades e estabelecimento que o compõem.



Gestão Democrática

Modelo de gestão assente na eleição pelos pares do director clínico, de enfermagem e dos representantes dos outros profissionais de saúde. Elimina o modelo de nomeação para os órgãos de gestão e direcção dos estabelecimentos e serviços do SNS.



Gestão pública

Extinção das unidades de saúde que funcionam em regime de Parcerias Público Privadas e de Entidades Públicas Empresariais.



Acesso Gratuito

SNS universal, geral e gratuito.
Fim das taxas moderadoras.



Respeito pelo direitos dos trabalhadores

Existência de condições de trabalho dignas, integração de todos os profissionais nas carreiras e remunerações adequadas de forma a incentivar e valorizar o regime de trabalho a tempo completo e a dedicação exclusiva ao SNS.



Direito à Saúde: vitória da luta, defendido pelo povo

A saúde é produto de uma relação dialéctica entre os indivíduos e as suas circunstâncias materiais, nomeadamente as condições económicas, sociais e ambientais em que evolui.